

O lobo do próprio homem: o engodo do empreendimento de si e a dominação feliz

FÁBIO CARDOSO LOPES*

Resumo: A lacônica reflexão tem o intuito de problematizar de forma sucinta a bravata da autonomia vinculada ao ideário do auto empreendedorismo, propalado no discurso neoliberal da sociedade performática. O aporte metodológico do presente estudo ensaístico está assentado e amparado pelos pressupostos críticos de autores pertinentes ao tema. Didaticamente, estrutura-se em dois blocos, o primeiro abarca a falácia do labor como potência para o sucesso individual e o segundo problematiza a cultura individualista enaltecida nos espaços organizacionais como mandamento para o sucesso profissional. Conjectura-se que os novos arranjos do trabalho no formato capitalístico contemporâneo poderiam suscitar a autonomia/liberdade fomentando a saúde mental e qualidade de vida no trabalho, contudo, na lógica racional mercadológica, configuram apenas estratégias refinadas de controle, auto dominação e subserviência ao capital.

Palavras-chave: Trabalho; Performance; Individualismo; Neoliberalismo.

The wolf of his man: the lure of self-entrepreneurship and happy domination.

Abstract: This laconic reflection aims to succinctly problematize the bravado of autonomy in conjunction with the ideology of self-entrepreneurship propagated in the neoliberal discourse of the performative society. The methodological contribution of this essay is based on and supported by the critical assumptions of relevant authors. Didactically, it is divided into two blocks, the first of which addresses the fallacy of work as power for individual success and the second of which problematizes the individualistic culture that is extolled in organizational spaces as an imperative for professional success. It is suggested that the new work arrangements in the contemporary capitalist format may lead to autonomy/freedom that promotes mental health and quality of life in the workplace. However, in rational market logic, they only configure sophisticated strategies of control, self-mastery, and submission to capital.

Key words: work; performance; individualism; neoliberalism.



* FÁBIO CARDOSO LOPES é Graduado em Psicologia pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste, 2010), mestrando em Psicologia Social e Institucional (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Estadual de Londrina/PR, 2023), docente na Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC) – Ivaiporã/PR e psicólogo da Secretaria da Assistência Social da Prefeitura de Rio Branco do Ivaí/PR.

Introdução

*“Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma
Até quando o corpo pede um pouco mais de alma
Eu sei, a vida não para
A vida não para não
A vida não para
A vida é tão rara”
(Paciência – Lenine)*

A estrofe da música supracitada é elucidativa e sintomática nos tempos da flexibilização advindas de práticas neoliberais que reorganizaram o trabalho acarretando na eliminação de direitos e garantias concatenadas a globalização dos mercados e aberturas a fluxos financeiros de investimentos externos (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2008). Em adendo ao exposto, o gerencialismo algorítmico amalgamado ao desenvolvimento técnico-tecnológico fomentam a ebulição de novas práticas de gestão de/no trabalho (ABILIO, 2019). Com efeito, o corpo-trabalhador prescinde de pausa, de uma vírgula ou reticências para respirar e retomar o fôlego, porém a vida capital não cessa. Neste sentido, como pondera Hashimoto (2018, p. 60), “[...] É importante lembrar que não é possível compreender o trabalhador fragmentado, considerando-o só no trabalho e sem a compreensão de sua vida como um todo”. Em face ao modelo neoliberal/ultraliberal (BITTENCOURT, 2023), a recusa, o ir na valsa, o fazer hora, e até a criminalizada malandragem podem ser a lacuna simbólica de resistência criativa e (sobre)vivência/ampliação psíquica entre o prescrito e o real (DEJOURS, 2012a; 2012b). Essa lacuna eclode como interseção entre os colaboradores e as tarefas (im)possíveis, as quais são interpeladas pelo trabalho e colocadas em movimento através da vivência/experiência em contraponto a rigidez (CHANLAT, 2021).

A desconsideração da vivência/experiência (chão de fábrica),

enaltecendo somente as certezas procedimentais e as prescrições formais oriundas das narrativas e discursos gerenciais contribuem para o distanciamento abissal entre a tarefa e a execução. Apropriando-se de um termo imerso na linguagem organizacional, essa prática acaba fomentando um *GAP* entre o que se diz (dirigentes/prescrito) e o que se faz (colaboradores/real). Neste caso, o *GAP* pode ser compreendido como uma lacuna, ou seja, uma divergência de direções ou um vão comunicacional entre o que se espera (ideal) e o que é possível de ser feito (real). Esse hiato intersticial pode ascender como um espaço intervalar de potência, resistência, ampliação (manifestação da singularidade, autonomia e criatividade) e, subversão do sujeito frente ao trabalho (percebido como a imposição verticalizada de normas, procedimentos e instrumentalidades) configurando formas de lutas e desobediências contra um modelo de trabalho que explora, domina e propala o adoecimento e sofrimento.

Análogo ao apregoado, Braz (2014, p. 75) considera que é neste “[...] hiato, portanto, que desvela o potencial transformador e emancipador do trabalho e que permite que o sujeito dê sentido à sua atividade, se subjetivando e construindo sua identidade”. A manifestação da autonomia e criatividade como construções singulares e desejanças do sujeito são antagonistas ao incremento descomedido da gestão tecnoburocrata e metódica, recheada de normas, regras e tarefas fixas/rígidas (CHANLAT, 2006).

Aludindo ao exposto, podemos conjecturar que a disciplina de comportamento organizacional e sua linguagem gerencialista exerceu demasiada influência nos arranjos contemporâneos vivenciados nas empresas/organizações/instituições. Essa disciplina estruturada como conjunto de saberes e práticas estava assentada, primordialmente, no controle, eficiência, performance, rendimento-produtividade e objetividade nos processos organizacionais (CHANLAT, 1994). Congruente ao supracitado autor, a tecnicidade descomedida pressupõe a simplificação, redução e instrumentalização onde o economicismo, a racionalidade estratégica e as leis do mercado tendem a reger de forma imperiosa as vidas (CHANLAT, 1994). Essas relações/imposições (controle, gerencialismo, organização) são provenientes dessa tensão (força-poder) assimétrica, no que tange aos aspectos macros (economia, política, tecnologia) e o trabalhador (CERTEAU, 1998).

Destarte, o presente estudo tem como escopo precípua problematizar a falácia atinente a autonomia, liberdade e sucesso apregoados no famigerado ideal do empresariamento de si amalgamado as bravatas da linguagem gerencialista (disseminadas no âmbito da lógica neoliberal e sociedade performática). Para operacionalizar a referida proposta, o caminho elencado contempla um ensaio teórico-conceitual e reflexivo fundamentado nas leituras e diálogos com autores críticos da Psicodinâmica e da Psicossociologia. Foi realizada a demarcação do eixo estruturante “dominação feliz”, observada empiricamente e de forma corriqueira em diversas análises de textos efetuadas nas plataformas CAPES, Scielo e Google Scholar. Dessa feita, optamos por estipular as categorias Performance, Sucesso-Fracasso, Empreendedorismo de

si e Individualismo/Competitividade como pressupostos fundantes das discussões atinentes aos modos de subjetivação – oriundos do modelo neoliberal – como produtores e mantenedores da sua lógica de funcionamento (embuste da autonomia/liberdade). Pode-se conjecturar que essas práticas (dominação feliz) acarretam severos impactos e danos na constituição psíquica dos sujeitos, portanto, reverberando na saúde mental dos trabalhadores.

O trabalho como (im)potência performática e dualismo (SUCESSO X FRACASSO).

O trabalho configura como uma (cri)ação consciente, dialética e teleológica, direcionada a satisfação de necessidades humanas implicando decorrente gasto de vida, isto é, tempo. Também, pode ser visto como construção e espaço precípua para a sublimação e manifestação criativa. Nas palavras de Navarro e Padilha (2007, p. 15), “[...] o trabalho é um ato que pressupõe a consciência e o conhecimento dos meios e dos fins aos quais se pretende chegar”. Em adendo, o trabalho conforme definição de Marx (1996, p. 202) engloba “[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Haja vista, no capitalismo contemporâneo em suas diversas nuances e penumbras, a vasta horda de trabalhadores desprovidos dos meios de produção ou financeiros são impelidos a venderem seu tempo-vida na execução de determinadas tarefas para a manutenção de sua existência. Na lógica do capitalismo que transforma tudo/todos em mercadoria passível de monetarização e, conseqüente mercantilização, o próprio tempo é capitalizado e torna-se uma mercadoria. Ademais, a labuta pautada no tempo-vida, transmuta-se em tempo-

dinheiro e deve ser gerido e otimizado da melhor forma possível visando rentabilidade.

O trabalho enquanto ação humana e transformadora (interna/externa) passível de humanização ou desumanização (ANTUNES, 2008) ocupa uma porção central do existir humano (GORZ, 1995). Ou seja, ajustamos e condicionamos todas as esferas do viver em anuência as permissões ou proibições do tempo e das plurais imposições ocupacionais. Mediante as considerações de Mansano e Silva (2017, p. 63), “[...] o homem se constrói por meio das relações com os outros homens, com a natureza, com a história e com as experiências cotidianas, dentre as quais está o vínculo que estabelece com o trabalho”. Em conluio ao asseverado, Duarte (2016, p. 188) salienta que o exercício laboral “[...] não está circunscrito unicamente a tarefa e atividade que produzem bens e prestam serviços. Quem trabalha mobiliza seu corpo, afeto e inteligência. É transformado pelo labor e também o transforma”.

Além disso, Castro (2022, p. 49) atinente a centralidade e participação do trabalho enquanto balizador da vida societária – atravessando o trabalhador em todas as instâncias – aponta que a divisão e organização contemporânea da atividade ocupacional “[...] se espraiam para a vida cotidiana de todas as pessoas, estejam elas trabalhando ou não, sejam elas adultas ou não, homens, mulheres, LGBTQIAP+, diferentes grupos étnicos-raciais e etc.”. Neste mote, o trabalho é assimilado como ação transformadora da natureza (meio circundante) e do próprio homem entendido numa perspectiva macro em sua imanente característica ambivalente, através de infindáveis repercussões nos diversos âmbitos do existir em sociedade. Ou seja, “[...] O labor insere o sujeito no campo social, onde estão enleadas a

objetividade e a subjetividade, o concreto e o simbólico, o universal e o particular, o socius e o singular” (DUARTE, 2016, p. 188).

Hodiernamente, essas ramificações e intersecções dos modos de ser-estar-existir no mundo do trabalho e suas ressonâncias existenciais, sobretudo, no que tange, as disparidades nas relações de gênero na esfera ocupacional (SANTIAGO, 2022), atingem aos viventes de diversas maneiras, acarretando deveras invisibilidades/apagamentos. Neste ínterim, somos atravessados e afetados pelas miríades de sentidos e significados produzidos nos/pelos arranjos e formas do trabalho no capitalismo moderno – flexionado pelo *ethos* gerencialista (BENDASSOLLI, 2007a). Essas reverberações estão amalgamadas a demanda por uma existência ancorada na adoração da individualidade, consumo e (des)empenho da norma performática. A maximização espetacular da vida como superpotência prescinde de “[...] uma performance de atleta, com superação de limites e aprimoramento contínuo do corpo” (FACAS, 2020, p. 64). O mencionado autor, reitera a emergência de “[...] um ideal de perfeição inalcançável, na medida em que nega a própria condição humana – não há espaço para fraquezas, tristezas, cansaço”. Essa cobrança descomedida pela dedicação, (des)empenho, disposição constante e infindável, isto é, toda essa urgência de uma “[...] demanda pela superpotência, causa de mal-estar social e existencial, está calcada em manifestações da norma performativa”.

Nessa via, Ehrenberg (2010) problematiza os pressupostos do culto a performance (perfeição) concatenado a falácia do empreendedorismo como uma jornada pela excelência de si. Essa excelência cria um protótipo do sujeito-trabalhador-

empreendedor com características múltiplas, tais como, assertividade, decisão, comunicação, competência, coragem, dentre outras capacidades preconizadas pelo mercado. Essa fábula acerca do perfil dessa entidade mítica, repousa num constructo imagético, o qual em concordância a Casadore e Castro (2018, p. 27), propalam o famigerado “[...] ‘bom trabalhador’ como autônomo e inovador, e não simplesmente como um operário obediente [...]”. (Muda-se a roupagem, mas o domínio continua o mesmo).

Ampliando essa celeuma, o trabalho como assevera De Masi (1999) configura uma das fontes ou possibilidades de desenvolvimento social, construção da subjetividade e constituição de sentido coletivo como ação transformadora. Neste mote, a atividade ocupacional não seria uma mazela para a condição salutar porque a participação do labor na existência humana contemplaria uma das possibilidades de ser e não a única. Entrementes, os percalços oriundos da atividade ocupacional se tornam problemáticos ao assumirem uma centralidade unívoca e exacerbada nas formas de organização do existir. Com efeito, nos ensinam Casadore e Castro (2018, p. 26) “[...] o trabalho não existe simplesmente numa dimensão técnica, instrumental, mas, sobretudo, como força de formação identitária e de vínculos, e produzindo não só produtos e serviços, mas sentidos e valores”.

A própria percepção do trabalho nesta configuração do capitalismo erigiu-se como atividade subserviente ao valor ideológico burguês (exploração-lucro) e abarca em sua essência uma construção paradoxal, ou seja, a ação laboral é entendida como possibilidade de autonomia, emancipação, construção coletiva de saúde mental no âmbito social, manifestação criativa, produtiva e

prazerosa (NAVARRO; PADILHA, 2007). Em contrapartida, também apresenta características de opressão, submissão, imposição e despersonalização do trabalhador, fomentando modos de sofrer, adoecer no/e pelo trabalho. Nesta seara, Maior (2006, p. 91) elucida que o trabalho pode ser dignificador como nos remetem a compreensão filosófica moderna e alguns ordenamentos jurídicos, porém “[...] sob outro ângulo, é o trabalho que retira essa dignidade do homem, impondo-lhe limites enquanto pessoa na medida em que avança sobre a sua intimidade e a sua vida privada”.

Em similitude ao asseverado, Braz (2018, p. 1) corrobora que o sentido do trabalho “[...] pode ser vivido como uma sentença, o que implica sofrimento, empobrecimento e angústia, ou ressaltando que o trabalho é fonte de emancipação, prazer, desenvolvimento pessoal e espaço para realização de desejo”. Todavia, na narrativa performática a potência realizadora do trabalho como gerador de modos de sociabilidade, produtor de identidades e de ferramentas de emancipação/empoderamento sucumbem ao jugo das normas do capital condicionadas ao funcionamento neoliberal e, convertendo-se em práticas de subserviência ao modelo exploratório vigente. Dessa feita, Silva (2018, p. 48) reitera que na gestão e organização contemporânea do trabalho “[...] o capital apresenta mecanismos de poder mascarados nos discursos de autonomia e participação, em que busca o comprometimento operário [...] e sua submissão à ideologia capitalista”. Acerca das mazelas decorrentes do dualismo do trabalho (emancipação/dependência) entrelaçadas à ideologia capitalista e suas novas linguagens e roupagens (dissimuladas de autonomia ou suposta liberdade), o referido autor aponta que a

emancipação do/no trabalho “[...] tem sido prejudicada no contexto da sociedade capitalista contemporânea em que imperam as leis da racionalidade econômica e seus princípios de produtividade, flexibilidade e consumo” (SILVA, 2018, p. 48).

Congruente ao exposto, a homilia dicotômica sucesso/fracasso no sistema capitalístico apregoa a eficiência e eficácia aplicada a tudo. O aprimoramento atroz do discurso perfeccionista: sucesso, profissionalismo, competência/excelência, vinculados ao ideário da autonomia, iniciativa, responsabilidade e comunicação (COSTA, 2005) são divulgados como receitas de um indivíduo desejável que se produz sozinho pelos seus próprios esforços, méritos e competência – perfazendo o tal do sucesso. O antônimo dessa versão idílica do gozo seria o fracasso, lido como algo temerário, assombroso, uma infecção que deve ser extirpada dos convívios ocupacionais/organizacionais a todo custo. O fracasso seria a personificação do mal, a emersão das trevas incrustada na alma do trabalhador como um estigma ou rótulo que acompanharia o indivíduo pelo resto de sua vida laboral. Sem aprofundar o mérito do embate atinente a percepção do fracasso e suas reverberações na sociedade neoliberal da performance, deixamos apenas dois questionamentos: O que seria fracasso? E, fracasso para quem?

Esse indivíduo que produz a si próprio, segundo Bendassolli (2005, p. 46) é um protótipo de trabalhador assombrado pela insatisfação e desesperado pelo imperativo da felicidade cultivada análoga ao sucesso profissional-pessoal, ou seja, “[...] o indivíduo será bem-sucedido à medida que conseguir construir uma identidade pessoal que não dependa de nenhuma outra coisa que não seja sua própria ação pessoal”. Em

complemento, o referido autor considera que nos emaranhados societários contemporâneos a ideia que ecoa de maneira quase uníssona e de forma mais acintosa e disseminada no imaginário social é “[...] essa ideia de autodeterminação, de permanente insatisfação [...]” (BENDASSOLLI, 2007b, p. 59).

O desejo descomedido pelo ideário de sucesso, socialmente propalado e vinculado a crença exacerbada no “*self made man*” (FACAS, 2020), atreladas a insatisfação constante, contribuem consoante a Corrêa (2019, p. 70) com a ebulição do “[...] empresário de si, o trabalhador que empenha-se apaixonadamente e sem descanso busca atingir uma meta nunca alcançável ou imensurável, trazendo para si essas responsabilidades”. Nesse bojo, Abílio (2019) sinaliza que o empreendedorismo é uma estratégia ignóbil de escamotear as práticas de informalização, responsabilização e culpabilização do trabalhador, que ainda permanece submisso aos ditames do capital, porém acredita ser um livre empreendedor/empresário de si. A referida autora pondera que o empreendedorismo acarreta “[...] um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade” (ABILIO, 2019, p. 4).

No limiar desse raciocínio diluído no modelo societário da performance, a ideiação do “empresário de si” assemelha-se a um atleta de alto nível, indivíduo dedicado, disciplinado e comprometido ferozmente com seu desempenho. Almeja em demasia os melhores resultados e alto rendimento, assumindo todos os perigos inerentes a sua conduta. Acerca deste tema, Dardot e

Laval (2016, p. 327) salientam que esse sujeito se materializa numa constante competição, potencializando seus resultados, assumindo riscos e se responsabilizando pelas supostas intempéries. Amiúde, em consonância aos referidos autores, a própria especificidade dessa lógica empresarial fomenta a produção de novos estilos de subjetividades – “sujeito empresarial e neoliberal” – congruentes as demandas da empresarialização de si.

A entidade “empresa de si” deve transpor todos os limites do corpo e da mente para atingir seus objetivos batendo os recordes e galgando o lugar mais alto do pódio (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335). Essa gana desenfreada como salienta Da Rocha (2018, p. 159) está embasada na “[...] falácia de que o trabalhador deve agir cotidianamente como um herói desportista para bater as suas metas, seus objetivos e sucessivamente ‘vencer suas batalhas’”. Esse modelo de funcionamento presenciado nos corredores organizacionais/empresariais e difundido nos discursos gerencialistas (cursos de graduação), favorecem a responsabilização e culpabilização do colaborador no binômio SUCESSO-FRACASSO. A supracitada dualidade, repousa assentada na ideia de que “[...] cada indivíduo assume a total responsabilidade pelo seu fracasso ou sucesso no mercado de trabalho”. (DA ROCHA, 2018, p. 159).

Cada um por si – uma liturgia individualista.

Acrescentando mais um elemento a esse jogo de implicações do capitalismo-neoliberalismo-individualismo, Davis (2018, p. 20) apregoa que após “[...] a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, tornou-se particularmente importante identificar os perigos do individualismo”. A autora elucida que é imprescindível

“[...] desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista” (DAVIS, 2018, p. 20). Com efeito, Harvey (1993, p. 161) conjecturando sobre o lugar do individualismo em suas proporções calamitosas salienta que no modelo capitalista de produção “[...] o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária [...]”, ou seja, o capitalismo produz e reproduz o individualismo e a competitividade como elementos de sua própria sobrevivência e materialidade.

Concomitante ao asseverado, Antunes (2006) reflete que a descomedida individualização e os modos de subjetivação decorrentes dos estilos de viver e produzir estruturados e análogos ao capital cultuam a fragmentação/individualização apoiados na exploração dos recursos. Nessa engrenagem perversa, Gaulejac (2007, p. 77) elucida que a ação humana não possui mais o escopo de propiciar a construção de enlaçamentos sociais, “[...] ou produzir ligação social, mas explorar recursos, sejam eles materiais ou humanos”. A supracitada formatação enaltece a individualidade em detrimento da coletividade, favorecendo a fragilização vincular e a insegurança como normas regimentais. Propala como mantra a necessidade de adequação a volatilidade e as intempéries constantes, gerando um movimento circular e insidioso de desconfiança generalizada.

A adaptação ou adequação as flutuações e incertezas seria como construir uma moradia em local inapropriado com risco de desmoronamento, e a cada chuva, viria à tona, o desespero e o medo oriundo da dúvida lancinante de saber se o seu lar seria, ou não, engolido pelo barro/lama. O indivíduo flerta com o perigo porque é obrigado e não tem para onde correr. A relação com o trabalho e suas incertezas é

similar, haja vista, cotidianamente, o trabalhador vivencia o risco de ser soterrado pelas exigências do “mercado” ou desemprego. A desconfiança proveniente das incertezas fomenta o individualismo, competitividade e concorrência desleal entrecortadas pelo distanciamento colossal contribuindo para o conseqüente enfraquecimento coletivo.

Essa nefasta formatação abastece a crença ignóbil na meritocracia, cuja a perspectiva enaltecida é a de que o indivíduo eclode como único responsável por si, sendo capaz de se fazer sozinho e vencendo todos os obstáculos e dificuldades pelos seus méritos e dedicação. Em um mundo demasiadamente ameaçador onde todos são inimigos de todos, perde-se a experiência e vivência de/em grupo. O discurso manifesto nas searas organizacionais/empresariais acerca da coesão de grupo valorizando a equipe e a harmonia interpessoal é cindido pelo conteúdo latente na perspectiva do colaborador imputado pela concorrência-competição e autopreservação. Esses arranjos fazem com que o sujeito estabeleça uma relação patológica de dependência com a organização, onde a dedicação do trabalhador ajuda no crescimento da empresa através da eliminação da concorrência. “Esse fator isola cada vez mais o sujeito num individualismo, limitando-o a constantes e intocáveis satisfações narcísicas, tentando alcançar um ideal impossível e que apenas cresce e fica mais exigente” (SHIOZAKI; HASHIMOTO, 2016, p. 205).

A tara descomedida do culto ao individualismo engloba os slogans: “Só posso contar com meus próprios esforços para superar os obstáculos”, “Cada um por si e Deus por (contra) todos”, “Se eu não fizer o meu, quem fará?”, “É necessário matar um leão por dia”, “Preciso ser alguém e vencer na vida”. Desta forma, a

potência do coletivo/comunitário como garantia de melhores condições de enfrentamento ao patronado ou as vicissitudes socioeconômicas que esbarram o acesso as oportunidades, são diluídas/apagadas e o individual emerge como modelo de superação/sucesso ou frustração/fracasso. Em ambos os casos, o trabalhador é culpabilizado e responsabilizado, principalmente pela construção/manutenção da sua saúde física e mental.

A administração perversa da vida através da lógica nefasta de mercado repousa ancorada no embuste do bem comum. Enaltece a ideia de que a livre concorrência e os ditames de auto-regulamentação do mercado podem contribuir com o desenvolvimento da vida. Nesse ensejo, o neoliberalismo produz subjetividades subservientes ao seu formato, o que acarreta na ebulição do Eu paradoxal, ao mesmo tempo, empobrecido de recursos simbólicos e de linguagem, mas, também inflado, pois com o esvaziamento de instâncias controladoras e regentes da vida social se depara com o vazio e o empobrecimento vincular iminente. Essa imago caricata (re)produzida na crença de que o sujeito é capaz de tudo e alguém que se faz sozinho contribui para o empobrecimento relacional e vincular reverberando na saúde mental dos trabalhadores.

A dominação feliz advinda dessa dinâmica que impacta a saúde mental dos trabalhadores está cravada e arraigada profundamente em nosso psiquismo e modos de subjetivação (imersos nos emaranhados do neoliberalismo). Haja vista, acreditamos piamente no tal sucesso como fundamento precípua da existência. O sujeito do desempenho se dedica constantemente, almejando ter sucesso em sua vida pessoal e profissional a todo custo. A absolutização da vida nua, materializada na exploração de si e

dominação feliz, caracteriza o protótipo caricato do sujeito bem-sucedido. Nessa via, o *ethos* neoliberal preconiza o individualismo, competitividade, performance, dedicação constante e disposição infundável estampadas na liturgia do levar vantagem em tudo, passar a perna nos outros para se destacar e utilizar meios escusos (beirando a ilicitude) para ter sucesso e ser bem-sucedido. (Ex. jogos de azar, apostas online e o Fortune Tiger)

Nesta conjuntura o capitalismo faz uso de todos os subterfúgios possíveis e imagináveis para a penetração/perpetuação de sua ideologia burguesa de funcionamento, assegurando sua permanência e privilégios. De fato, “[...] é espantoso com que frequência ‘a propriedade, a religião, a família e a sociedade’ são repetidas como um mantra ideológico para proteger a ordem burguesa estabelecida” (HARVEY, 2015, p. 152). Essa ideologia classista e elitista funciona como um conjunto sistemático de ideias produzidas pela burguesia como classe dominante com o escopo de manutenção do *status quo* e a finalidade de ocultação das mazelas sociais. Acerca do supracitado, Mansano e Silva (2017, p. 63) aludem que o modelo preconizado pelo capitalismo “[...] como organização socioeconômica, em grande parte impede que a relação do homem com a atividade produtiva gere significado e prazer”.

(In)conclusões parciais

Mediante os apontamentos conduzidos até aqui – ainda que de forma sucinta –, salientamos que esses percalços que circundam a ambiência do trabalho em seus novos formatos/roupagens impactam diretamente a saúde física e mental do trabalhador. Sobretudo, daquelas vidas que são esmagadas pelas demandas nefastas do trabalho e suas ressonâncias. Podemos considerar como ponto nodal nesse enlace, a disparidade entre

empregados-empregadores e as miríades de embates que emergem nos arranjos das exigências de adequação/adaptação as imposições do trabalho na sociedade neoliberal e na cultura performática atribuindo de maneira exacerbada a responsabilização e culpabilização unilateral ao trabalhador. Desta forma, a ideia vendida e disseminada acerca do sucesso-fracasso na construção da carreira ocupacional (um fluir ao longo de uma vida) são substituídas pela busca do emprego dos sonhos (perspectiva imediatista de retorno). Além disso, a meritocracia diluída na linguagem coachgerencialista mediante afirmações do tipo “o dia tem 24 horas para todo mundo” ou “não há pobreza que resista a 14 horas de trabalho”, contribuem para a manutenção de um sistema que (re)produz seres adoecidos. Neste cerne, a inserção ou a permanência no trabalho configuram como exclusiva tarefa do trabalhador, sobremaneira, o compromisso pela aquisição de conhecimento técnico e emocional consoante a construção de sua saúde física e mental.

Ademais, congruente a diversos autores como Druck (2002), Costa (2005), Castro (2013), Silva (2018), Braz (2018), Facas (2020) e Castro (2021), as variadas formatações dissimuladas de supostas liberdades e autonomia no trabalho acarretam novas categorias de domínio e exploração do trabalhador. Essas táticas transcendem o espaço-lugar ocupacional multiplicando o tempo dedicado ao labor, invadindo o rincão doméstico e desapropriando as relações familiares (repercutindo no empobrecimento das emoções e relações sociais). Tais mecanismos, também contribuem para o esvaziamento da percepção de coletividade enquanto potência e recurso da luta de classes (e não de lugares) como garantia de (re)existência frente ao capital.

No formato facínora de produção e distribuição do capitalismo é impossível pensar a saúde mental ou qualidade de vida do trabalhador inserido na lógica da produtividade e lucro acima de tudo e de todos. Tendo em vista, que o fundamento operacional da funcionalidade mercantil/capitalista está assentado na divisão do trabalho, apropriação privada dos meios de produção e trabalho livre-explorado. Promover a saúde mental do trabalhador na perspectiva das empresas é adestrar e moldar seu corpo com o intuito de deixá-lo apto a continuar produzindo cada vez mais. Talvez, uma das possibilidades de pensar a saúde mental no trabalho sejam ações provenientes dos movimentos sociais como linhas de fortalecimento do princípio comunitário entremeadas as práticas educativas de pertencimento e potencialidade coletiva para o (re)conhecimento da operação exploratória preconizada pelo sistema capitalístico.

Como nos ensina a música citada no início dessa prosa, precisamos de paciência num mundo onde, cada vez mais, somos atropelados/as e macerados pelos riscos, inseguranças e desamparos demandados pelo trabalho. O viver necessita de uma pausa, o corpo precisa de uma pouco mais de alma/calma, pois como diz a letra de uma música dos Titãs “o pulso ainda pulsa e o corpo ainda é pouco...”

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 103 p.
- _____. Mesa 1: O trabalho como símbolo da transformação e da dignidade. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (org.). **Dilemas da humanidade: diálogos entre civilizações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 21-33.
- BENDASSOLLI, P. Felicidade e trabalho. **GV-executivo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 57-61, 3 out. 2007a.
- _____. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida: Idéias & Letras, 2007b. 310 p.
- _____. Cultura da performance. **GV-executivo**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 45-48, out. 2005.
- BITTENCOURT, R. N. Administração, desaceleração e transformação. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 23, n. 240, p. 30-40, jun. 2023.
- BRAZ, M. V. Sentido no trabalho e crise no tecido simbólico social: da psicodinâmica do trabalho à psicossociologia. **R. Laborativa**, Assis, v. 3, n. 2, p. 73-85, out. 2014.
- BRAZ, M. V. A reificação das emoções e a negação do sofrimento no trabalho contemporâneo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 209, p. 01-11, out. 2018.
- CASADORE, M. M.; CASTRO, M. F. Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 209, p. 23-32, out. 2018.
- CASTRO, M. F. A construção de políticas públicas como produção de saúde mental. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Edição Especial, p. 47-57, ago. 2022.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim F. Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 176 p.
- CHANLAT, J-F. Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho. In: DAVEL, E.;
- VASCONCELOS, J. (org.). **Recursos humanos e Subjetividade**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 118-128.
- _____. Repensar as Organizações e a Sociedade a partir da Ética. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 29, p. 123-150, ago. 2021.
- _____. O significado da pessoa na gestão de recursos humanos: uma perspectiva sócio-antropológica. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 7-34, mai. 1994.
- CHESNAIS, F. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, L. H. A violência sistêmica e autoexplorativa do empresário de si: o paradoxo da liberdade no ethos neoliberal e o consequente adoecimento psíquico na sociedade do cansaço. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 19, n. 216, p. 63-74, jul. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 417 p.

DA ROCHA, T. A. O culto da performance: o novo modelo de trabalho do século XXI. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, p. 156-167, jan. 2018.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. 144 p.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo I: Sexualidade e Trabalho**. Tradução Franck Soudant. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2012a. 240 p.

_____. **Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação**. Tradução Franck Soudant. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2012b. 248 p.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: UnB/José Olympio, 1999. 354 p.

DUARTE, D. A. Narrar para conhecer os modos de ser-trabalhar-existir: o (difícil) cenário do trabalho contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 19, n. 2, p. 187-199, 2016.

EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução: Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Ideias & Letras, 2010. 240 p.

FACAS, E. P. Sociedade da performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In: SOUZA-DUARTE F.; MENDES A. M.; FACAS E. P. (orgs.).

Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 63-75.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. 338 p.

GORZ, A. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume Editores, 2005. 56 p.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 2. ed. São Paulo: Record, 2001. 501 p.

HARVEY, D. **Para entender O Capital-livro 1**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 335 p.

_____. **O neoliberalismo**: História e implicações. Tradução: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008. 256 p.

_____. **Condição pós-moderna**. Tradução: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 349 p.

HASHIMOTO, F. Escuta psicossociológica: o encontro com o/do indivíduo no espaço do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 209, p. 56-64, out. 2018.

MAIOR, J. L. S. Do direito à desconexão do trabalho. **Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-115, jan/jun. 2006.

MANSANO, S. R. V.; SILVA, R. B. Considerações sobre Psicologia, trabalho e cotidiano. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 198, p. 61-69, nov. 2017.

MARX, K. **O capital, crítica da economia política**: Vol. 1. Livro 1. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 496 p.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Psicologia & Sociedade. Recife, v. 19, Edição Especial 1, p. 14-20, set. 2007.

SANTIAGO, E. Carreira acadêmica de mulheres e dinâmicas de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Edição Especial, p. 69-80, ago. 2022.

SHIOZAKI, M. P.; HASHIMOTO, F. A degeneração dos espaços públicos e a supervalorização narcísica como facetas do mal-estar no trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 19, n. 2, p. 201-207, 2016.

SILVA, G. Teletrabalho: nova configuração de trabalho flexível e possíveis efeitos à subjetividade e saúde mental dos teletrabalhadores. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 209, p. 44-55, out. 2018.

Recebido em 2023-10-10
Publicado em 2024-03-06